

Relações laborais e remunerações

¹José Soares Neves (coord.), ¹Rui Telmo Gomes, ¹Maria João Lima e ²Joana Azevedo

¹ Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Observatório Português das Atividades Culturais, Lisboa, Portugal; ² Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte).

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre emprego cultural evidenciam, quanto às relações laborais, características dominantes como a informalidade, a raridade da formalização de contratos, a curta duração dos vínculos (com ou sem contrato), vínculos temporários e a tempo parcial, precários.

Quanto aos rendimentos, destacam a forte disparidade entre profissionais (eventualmente pela acumulação de fontes de rendimento) e a sua flexibilidade, para além que tendem – para qualificações similares – a ser mais baixos do que noutros sectores. São apontadas outras características como a distribuição irregular no tempo e a existência de períodos mais ou menos longos sem qualquer retribuição. São aspetos associados ao trabalho ao projeto e à intermitência da atividade. É também mencionado o recurso a atividades remuneradas fora do sector artístico como forma de assegurar rendimentos mínimos ou complementar os baixos rendimentos auferidos com o trabalho artístico e cultural, em alguns casos como única forma de sustentar a continuidade da atividade neste sector, noutros como atividade profissional principal fora do sector que é garantia de autonomia da atividade criativa.

Embora tais características coincidam em larga medida, ou se reconheça que se aplicam à condição de profissional independente das artes e da cultura, persistem margens importantes de desconhecimento sobre as relações laborais e os rendimentos destes

Acordo de parceria institucional:

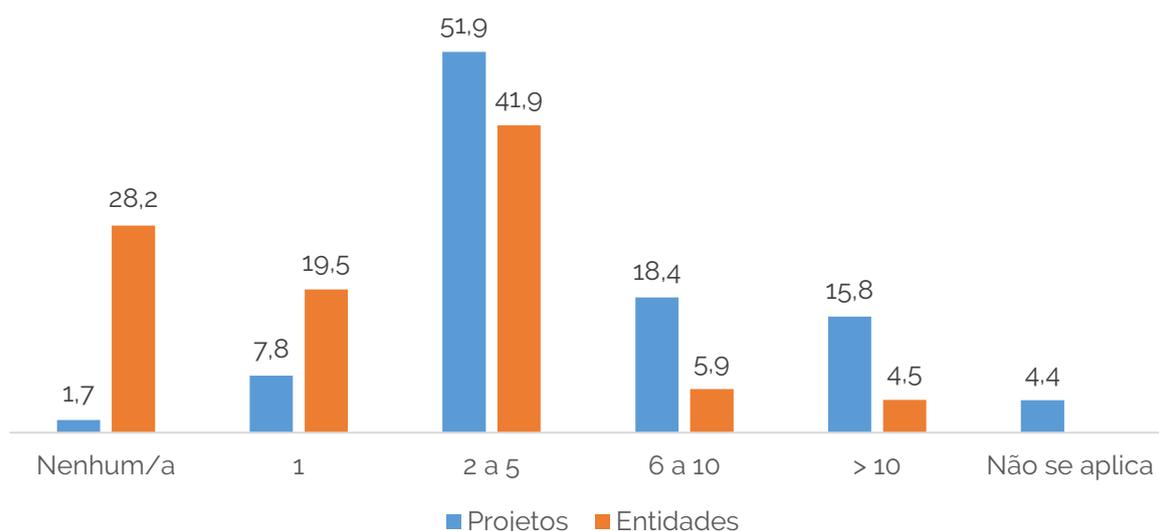
profissionais, e em particular sobre o universo dos profissionais independentes em Portugal.

Os resultados a seguir apresentados decorrem das questões colocadas no Inquérito aos Profissionais Independentes das Artes e da Cultura (IPIAC) sobre as relações laborais e as remunerações auferidas. O inquérito tem como referência temporal genérica o ano de 2019, portanto o período que antecedeu o contexto pela pandemia pela covid-19, e que corresponde às características estruturais do sector nesse período.

RELAÇÕES LABORAIS

A maioria dos profissionais trabalha para um número reduzido de entidades (gráfico 1), sendo aqueles que têm entre 2 e 5 contratantes a parcela mais representada (42%). A atividade apresenta uma distribuição semelhante, com o valor modal, aliás maioritário (52%), também entre 2 e 5 projetos.

Gráfico 1 - Projetos e entidades contratantes em 2019 (%)



Fonte: OPAC, ESAC/IPIAC, 2020.
Base= 1.727.

Acordo de parceria institucional:

Na comparação entre as duas variáveis, avulta a elevada proporção (28%) de inquiridos que não têm ou não reconhecem a sua relação de trabalho como contrato, valor que por si só deve ser entendido como indicador da enorme fragilidade de vínculos laborais no setor. É igualmente relevante a proporção dos inquiridos que são profissionais independentes mas que efetivamente trabalham para uma única entidade (20%) – é importante salientar que esta proporção não corresponde *strictu sensu* aos vulgarmente chamados "falsos recibos verdes", porquanto estão incluídos casos individuais muito diversos (como trabalho a tempo parcial, com e sem contrato, ou prestação de trabalho em projetos temporários), mas a ordem de valor indicia que são comuns as situações formalmente enquadradas como trabalho independente, mas que na prática se trata de trabalho dependente.

Por outro lado, ventilando o número de entidades contratantes pelo perfil laboral dos inquiridos (ver Report#1), observa-se que um maior número de contratantes tende a corresponder a relações laborais menos formalizadas e, simetricamente, um menor número de contratantes está associado a uma maior probabilidade de formalização contratual – por exemplo, os prestadores de serviço sem contrato têm em média um maior número de entidades contratantes que os prestadores com contrato. Estes indicadores sugerem que a formalização contratual – sempre minoritária – está associada à exclusividade ou a projetos pontuais. Os prestadores de serviços sem contratos apresentam o número médio de projetos por ano mais elevado da amostra (7,2), ao passo que a menor média (excluindo aqueles que estiveram desempregados em algum momento durante o período analisado) é apresentada pelos inquiridos que combinam trabalho independente com contrato de trabalho assalariado a tempo inteiro (5,9).

O volume de atividade, medido pelo número de projetos, está associado à idade e duração da carreira: os escalões etários até aos 55 anos denotam um número médio de projetos próximos da média da amostra (6,7), com um pico em redor dos 40 anos (7,0) e uma quebra de atividade depois dos 55 e especialmente depois dos 65 anos (5,1 e 3,2, respetivamente); por outro lado, o número de projetos é inferior à média até aos 10 anos de carreira, mantendo-se em valores aproximados (no intervalo 7,1 a 7,5) entre os 10 e os 30 anos de carreira.

Para além da idade, o volume de atividade apresenta diferenças relevantes entre sexos – 7,5 projetos por ano no caso dos homens e 5,8 no das mulheres – e por nível de

escolaridade, não obstante a elevada qualificação geral da amostra – 8,2 projetos para os inquiridos com educação até ao ensino secundário e 6,8 para aqueles com educação superior.

Em termos de área artística, não se observam variações muito pronunciadas quanto ao número de entidades contratantes, mas apenas cambiantes previsivelmente ligadas às características de produção em cada domínio cultural: os inquiridos das artes performativas denotam um menor número de entidades contratantes, com exceção dos músicos (entre os quais existe uma parcela com um número muito elevado de entidades contratantes, o que certamente se liga com a lógica de montagem de concertos). No audiovisual observa-se um maior número de entidades contratantes por trabalhador. Uma nota também para a associação entre trabalho simultâneo em múltiplas áreas e inexistência de contratantes – o que sugere que a pluriatividade ou a falta de especialização contribuem para a fragilidade do vínculo laboral. A comparação entre áreas mais representadas na amostra a partir do número de projetos revela, porém, um panorama mais preciso: os inquiridos que trabalham exclusivamente no setor audiovisual apresentam a média de projetos anuais mais elevada (8,0) em contraste com quem trabalha apenas nas áreas das artes do espetáculo (5,9 excluindo músicos, que por sua vez têm uma média de 6,7) e nas artes plásticas (5,2).

Também a função desempenhada releva poucas variações: os criadores apresentam uma proporção relativamente elevada de ausência de contratantes; os produtores caracterizam-se por um peso relativamente elevado de contratante único; os técnicos destacam-se claramente das restantes categorias pelo maior número de entidades contratantes, provavelmente trabalhos de curta duração. O número de projetos aponta um retrato mais definido: os técnicos formam claramente a categoria com mais projetos em média (11,0); no polo oposto, os inquiridos ligados à educação apresentam a menor média (5,4); criação, interpretação e produção evidenciam valores próximos da média global da amostra (6,7 recorde-se).

Evidentemente, a natureza dos projetos artísticos para as diversas áreas e funções é muito diferente – não é o número de projetos por si só que interessa comparar, mas os regimes de trabalho com um número bastante variável de prestações e, em menor grau, entidades contratantes. O que se constata é que, entre as áreas e funções com maior número de casos na amostra, audiovisual e suporte técnico denotam regimes de trabalho com maior

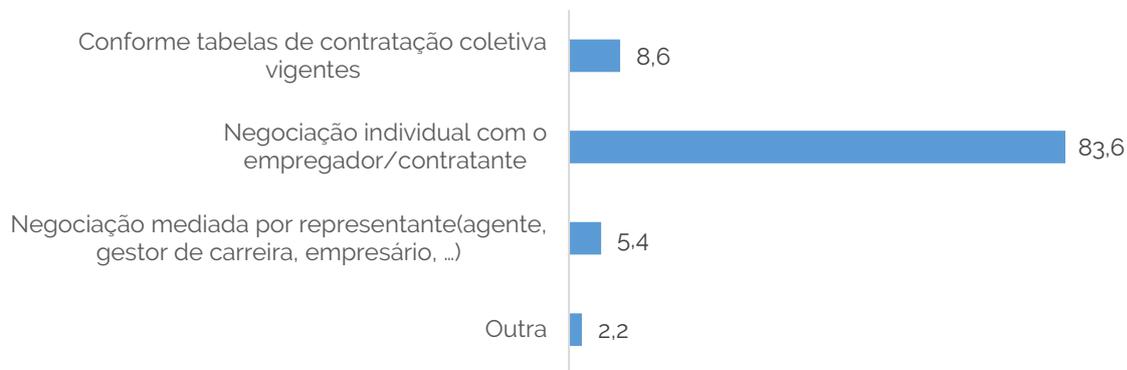
Acordo de parceria institucional:

dispersão de tarefas ou empreitadas por comparação com as áreas de artes visuais e performativas (excluindo música) e as funções artísticas ou educacionais.

Negociação contratual

Um outro indicador especialmente expressivo da informalidade dos regimes de trabalho no setor, e conseqüente isolamento dos trabalhadores, é relativo às principais modalidades de negociação contratual (ver gráfico 2): uma esmagadora maioria dos inquiridos aponta a negociação individual como a mais comum (84%), num quadro geral de grande informalidade.

Gráfico 2 - Modalidade de negociação contratual (%)



Fonte: OPAC, ESAC/IPIAC, 2020.
Base= 1.241.

A opção 'Conforme tabelas de contratação coletiva vigentes', apesar de minoritária, é mais frequente nas funções de mediação (15%), educação, produção e edição (as três com 14%). Na área principal, evidencia-se a publicidade, onde aquela modalidade é quase tão relevante (43%) como a negociação individual (49%). É uma modalidade de negociação

Acordo de parceria institucional:

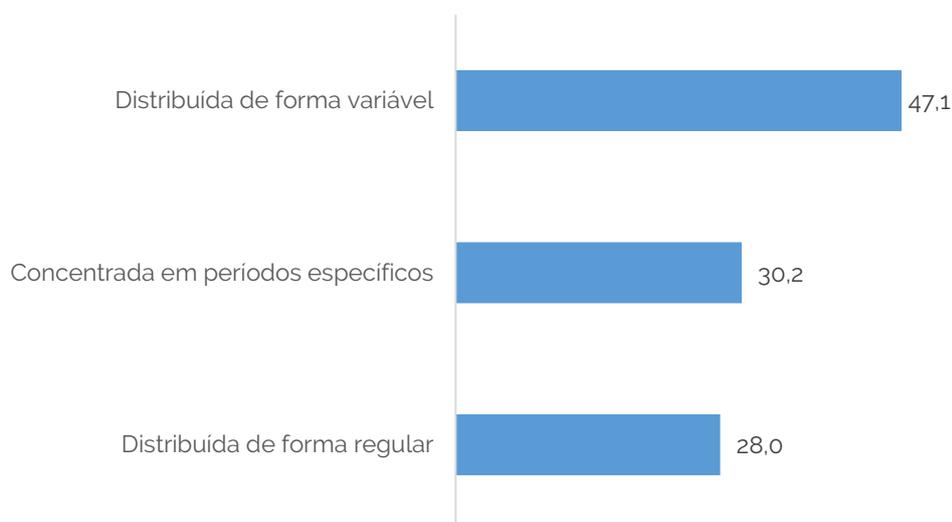
mais utilizada pelos que entraram recentemente na profissão: menos de 3 anos, 14%; entre 3 e 5 anos, 15%.

A negociação mediada por representante (agente, gestor de carreira, empresário) é significativamente mais acentuada na função interpretação (9%), nas áreas da música (11%) e do som (8%). E também nos que têm mais anos de carreira (com mais de 30 anos, 13%).

Sazonalidade da atividade

A distribuição da atividade ao longo do ano é um dos indicadores mais claros da inconstância de trabalho dos profissionais independentes inquiridos (ver gráfico 3): quase metade da amostra (47%) indica que o trabalho não tem um quadro temporal previsível; adicionalmente, quase um terço (30%) refere um trabalho concentrado no tempo, ou seja, uma atividade descontínua; apenas uma parcela minoritária (28%) reconhece ter um calendário de trabalho regular ao longo do ano.

Gráfico 3 - Distribuição anual de projetos em 2019 (%)



Fonte: OPAC, ESAC/IPIAC, 2020.

Base= 1.716.

Nota: questão de resposta múltipla.

Acordo de parceria institucional:

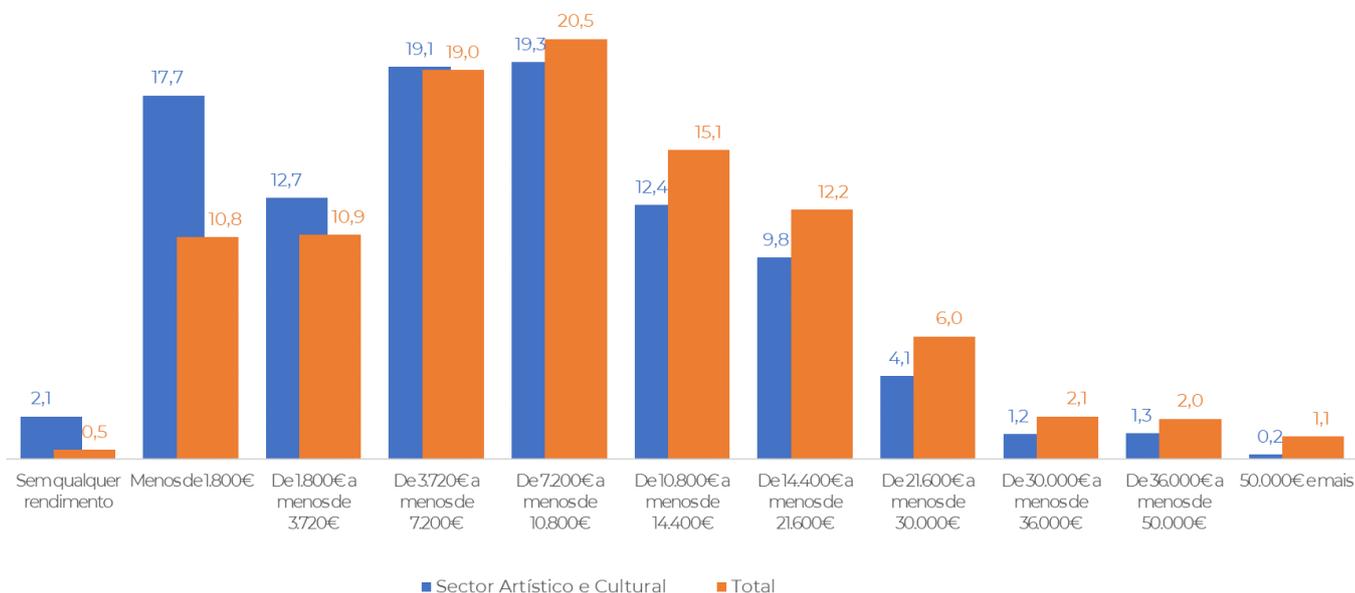
Este indicador sobre a distribuição da atividade ao longo do ano fornece uma pista de análise importante sobre os regimes de trabalho no setor: o padrão geral da amostra é replicado sem oscilações significativas por categoria em praticamente todas as variáveis explicativas, quer as de cariz sociográfico (sexo, idade, região, escolaridade), quer as relativas à própria atividade (área artística, função, duração da carreira). Tal observação pode parecer contraintuitiva, mas ilustra bem quão raro é um calendário anual regular – nunca ultrapassando um terço dos casos.

A variável explicativa que mais claramente recorta tal padrão de atividade é o perfil laboral: assalariados a tempo inteiro com atividade independente e pequenos empresários destacam-se como categorias com um calendário regular (44% e 42%, respetivamente); ao invés, assalariados a tempo parcial com atividade independente e prestadores de serviço sem contrato os que mais assinalam atividade variável (58% e 52%, respetivamente); trabalhadores que estiveram desempregados em algum momento durante o período em análise sobressaem pelo trabalho em períodos específicos (43%). Neste retrato encontra-se, afinal, um panorama expectável em que, de um lado coincidem fatores como autonomia profissional, formalização contratual e atividade regular; e, no outro polo, estão associados tempo parcial, informalidade e atividade descontínua.

REMUNERAÇÕES

Para a maior parte dos inquiridos os rendimentos provêm exclusivamente das atividades no sector artístico e cultural – é o que acontece com 65% dos profissionais (ver adiante gráfico 5). Com alguma frequência (35%) inclui uma componente mais ou menos significativa proveniente de atividades remuneradas noutros sectores que não o artístico e cultural. Para 15% a maioria dos rendimentos auferidos provem justamente de outros sectores.

Gráfico 4 – Rendimento líquido anual, total e no sector artístico e cultural em 2019 (%)



Fonte: OPAC, ESAC/IPIAC, 2020.
Base = 1.699

Quanto ao rendimento no sector artístico e cultural, estimando a média mensal a partir do anual, verifica-se que 18% tem rendimento mensal líquido até €150 e que para metade dos inquiridos esse rendimento não supera os €600 (gráfico 4). São valores muito baixos, associados a fraca atividade remunerada, ou a atividades com baixa remuneração, ou mesmo não remunerada (voluntariado), que não garantem uma autonomia no sector. Para uma parte significativa dos profissionais independentes isso coloca em risco a continuidade de atividade no sector, se não houver um complemento proveniente de outros sectores. Note-se que um em cada cinco profissionais auferem o equivalente ao salário mínimo ou menos (€534 líquidos em 2019).

Trata-se de uma característica estrutural que não se altera, seja considerando apenas os rendimentos provenientes do sector artístico e cultural, seja os rendimentos totais. É uma característica transversal ao sector: na faixa de rendimentos abaixo de €7.200 de rendimento líquido anual, as distribuições seguem as da amostra, seja qual for a variável ventilada, do perfil social ou do perfil profissional.

Acordo de parceria institucional:

Se a perspetiva adotada for o rendimento total, portanto a soma dos rendimentos proveniente do sector artístico e cultural e de outros sectores, verifica-se que são estes que permitem equilibrar as situações com os rendimentos mais baixos (gráfico 4).

Assim, quanto àqueles que não têm qualquer rendimento, a percentagem diminui de 2,1% para 0,5% quando se tem em conta o rendimento total. De igual modo, nos dois escalões com os rendimentos mais baixos (menos de €1.800; de €1.800 a menos de €3.720), verifica-se que o rendimento de outros sectores contribui significativamente para baixar a percentagem dos profissionais que se situam nesses patamares. Dito de outro modo, estes rendimentos constituem um complemento particularmente importante nos mais baixos escalões de rendimentos do sector artístico e cultural. Isso é particularmente expressivo no escalão mais baixo (menos de €1.800): 18% entre aqueles apenas com rendimento SAC, que diminui sete pontos percentuais para 11% quando se tem em conta o rendimento total. O impacto é nulo no escalão entre os €3.720 e os €7.200. Nos demais escalões o rendimento auferido nas atividades realizadas noutros sectores constitui sempre um acréscimo.

Atividades remuneradas fora do sector artístico e cultural

As respostas sobre os sectores não culturais de onde provêm os rendimentos sugerem diversas leituras. Por um lado, é notória alguma dificuldade em delimitar as áreas em que se decompõe o sector artístico e cultural. Por outro lado, quando se trata efetivamente de sectores não culturais, é possível encontrar tanto atividades qualificadas em termos académicos, de nível superior, que sugerem inserções profissionais com remuneração significativa, como atividades não qualificadas, aceites eventualmente como recurso para compensar o baixo rendimento no sector. Importa ter em conta que o emprego cultural em geral, e a amostra dos profissionais independentes inquiridos em particular, é muito qualificado.

As atividades remuneradas em sectores não culturais são bastante diversas (gráfico 5). De salientar que, pelas descrições das atividades realizadas, estas nem sempre estão

Acordo de parceria institucional:

totalmente afastadas do sector artístico e cultural. O que ocorre, muitas vezes, é que vão para lá do perfil artístico individual.

Produção de vídeos relacionados com medicina
[#246, homem, 16 anos de carreira, teatro, produção, apenas atividade independente]

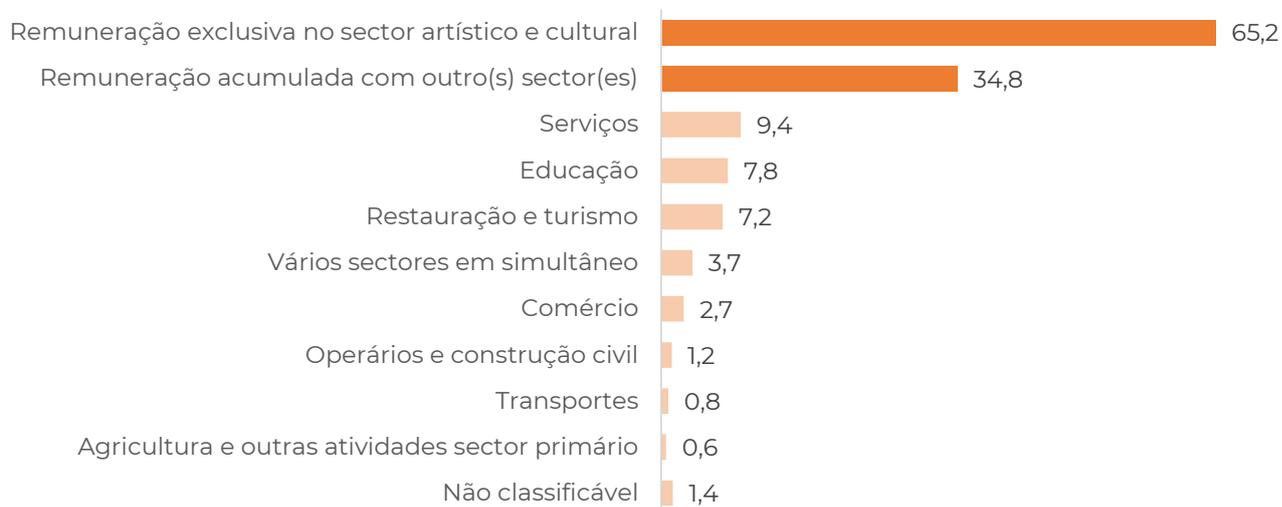
artesanato
[#494, homem, 10 anos de carreira, teatro, produção, apenas atividade independente]

Arquitectura
[#359, mulher, 11 anos de carreira, design, produção, apenas atividade independente]

Design
[#1377, homem, 8 anos de carreira, multimédia, criação, apenas atividade independente]

Quanto aos sectores de atividades (ainda gráfico 5), destacam-se os serviços (9%), sendo que os que requerem especialização e qualificação (como engenharia, arquitetura e design, com 4,4%) superam ligeiramente os indiferenciados, sem requisitos de especialização ou qualificação escolar (apoio a idosos, atendimento ao público, *call center*, 2,7%). As atividades relacionadas com o sector da educação são muito relevantes (8%).

Gráfico 5 – Atividade remunerada fora do sector artístico e cultural em 2019 (%)



Fonte: OPAC, ESAC/IPIAC, 2020.

Base = 1.686.

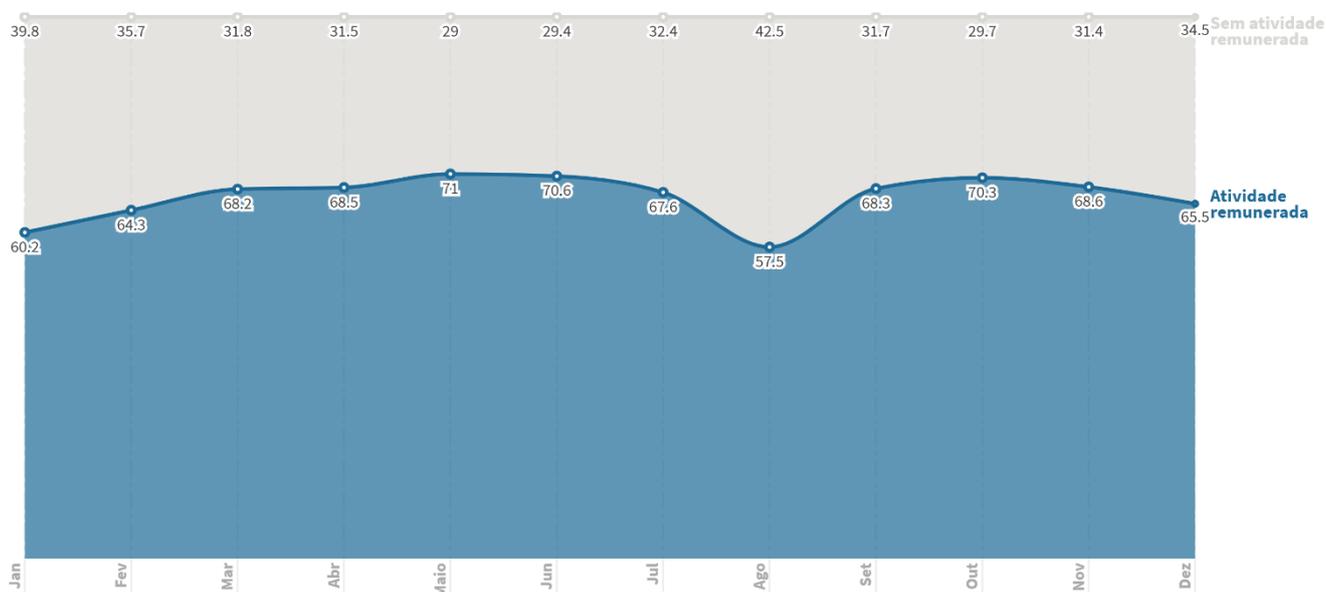
Nota: Para os casos de remuneração acumulada, o gráfico apresenta a descrição dos sectores, com percentagens referenciadas para a base em análise.

Sazonalidade do trabalho remunerado

Não obstante o calendário de trabalho individual ser irregular para muitos inquiridos, a atividade no sector artístico e cultural, considerados os meses com trabalho remunerado é relativamente regular com algumas quebras (previsíveis) nos períodos de inverno e verão (gráfico 6). A atividade geral do sector ao longo do ano oscila entre 71% (maio) e 58% (agosto). Em média, em 2019, as respostas obtidas indicam quatro meses sem atividade remunerada no sector.

Acordo de parceria institucional:

Gráfico 6 – Trabalho remunerado por mês em 2019_ (%)



Fonte: OPAC, ESAC/IPIAC, 2020.

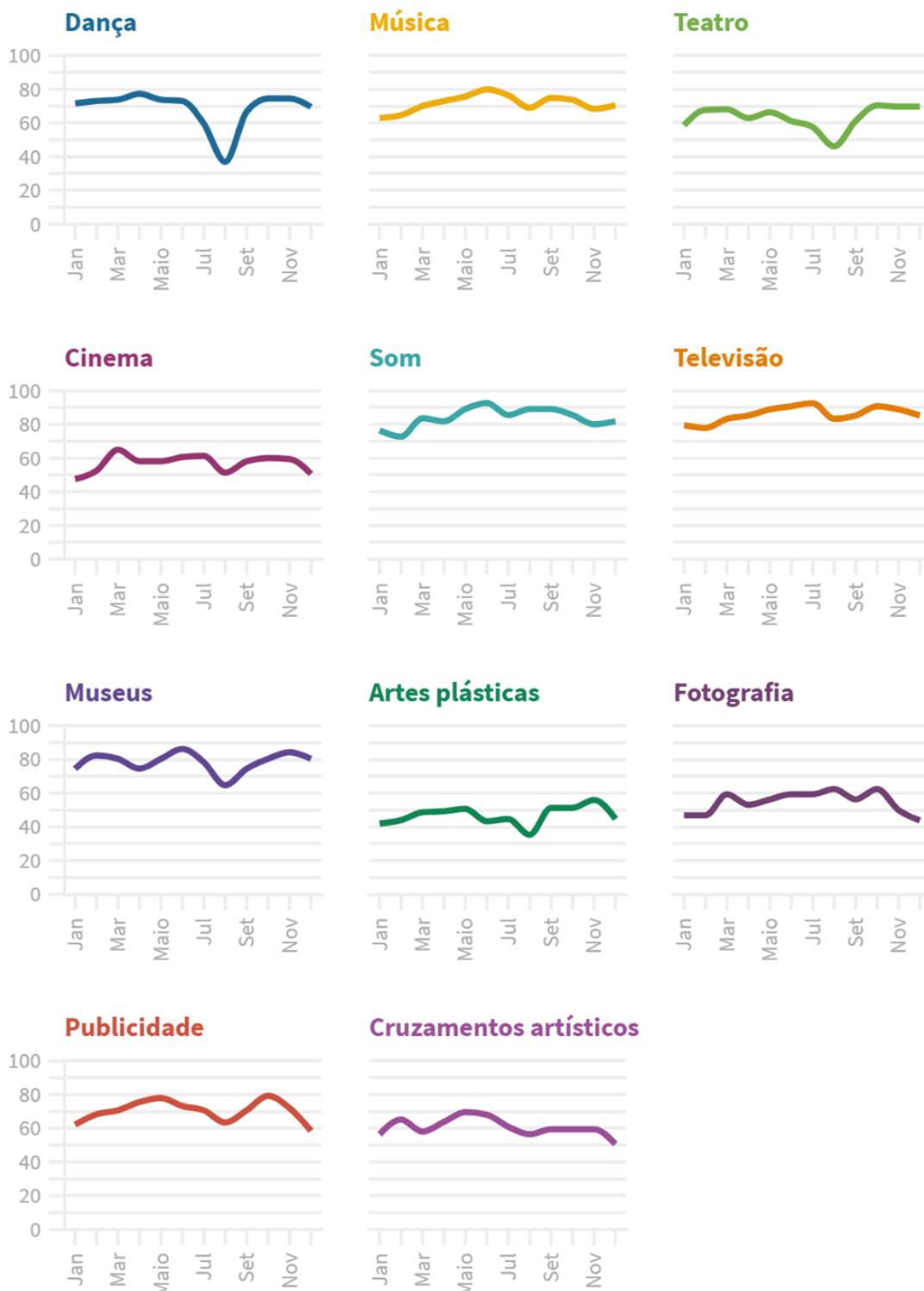
Base = 1.699.

Nota: Estes valores referem-se aos meses com atividade remunerada ainda que essa remuneração tenha sido recebida noutros meses.

A desagregação da sazonalidade do trabalho remunerado por áreas e funções mostra uma realidade diferenciada. A repartição por áreas indicia oportunidades de trabalho desiguais ao longo do ano. Percentagens mais baixas por mês correspondem a menor atividade remunerada e as oscilações correspondem a maiores variações dos meses remunerados (gráfico 7). Complementarmente, considerando o número médio de meses com atividade remunerada, é entre os profissionais da televisão (10,3), do som (10,1) e dos museus (9,6) que se observa valores superiores. Seguem-se em níveis mais baixos as áreas da música (8,7), publicidade (8,6), dança (8,2), teatro (7,7) e cruzamentos artísticos e artes performativas (7,4). Com menor atividade ao longo do ano encontram-se o cinema (7,0) e as artes plásticas (5,9). A irregularidade e as quebras mais ou menos acentuadas da atividade nos períodos de verão e inverno marcam este retrato da sazonalidade.

Acordo de parceria institucional:

Gráfico 7 – Trabalho remunerado em 2019, por mês, segundo a área de trabalho (%)



Fonte: OPAC, ESAC/IPIAC, 2020.

Nota: apenas estão representadas as áreas de trabalho com mais de 30 casos.

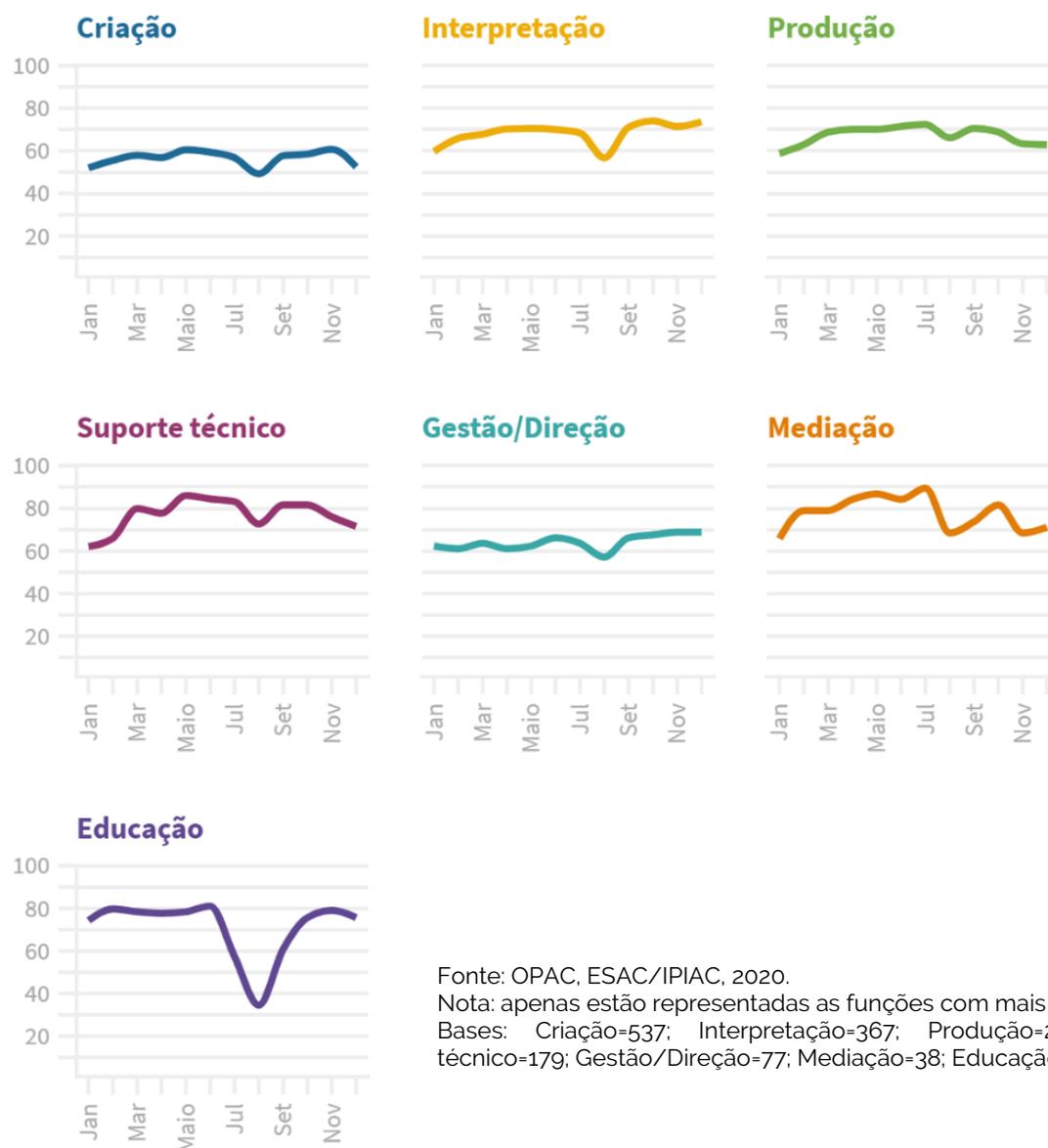
Bases: Dança=141; Música=407; Teatro=304; Cinema=160; Som=55; Televisão=54; Museus=51; Artes plásticas=150; Fotografia=32; Publicidade=82; Cruzamentos artísticos artes performativas=69.

Acordo de parceria institucional:

A comparação entre funções (gráfico 8) confirma o padrão irregular de oportunidades de trabalho individual ao longo do ano.

As funções que apresentam comparativamente um número superior de meses de trabalho remunerado são as de comunicação (9,6), mediação (9,3) e suporte técnico (9,3). A atividade diminui na educação (8,7) com uma quebra mais acentuada no período de interrupção letiva do verão, e nas funções de interpretação (8,2) e produção (8,2). Com valores mais baixos encontram-se os profissionais em funções de gestão/direção (7,8) e criação (7,0).

Gráfico 8 – Trabalho remunerado em 2019, por mês, segundo a função (%)



Fonte: OPAC, ESAC/IPIAC, 2020.

Nota: apenas estão representadas as funções com mais de 30 casos.
Bases: Criação=537; Interpretação=367; Produção=221; Suporte técnico=179; Gestão/Direção=77; Mediação=38; Educação=148.

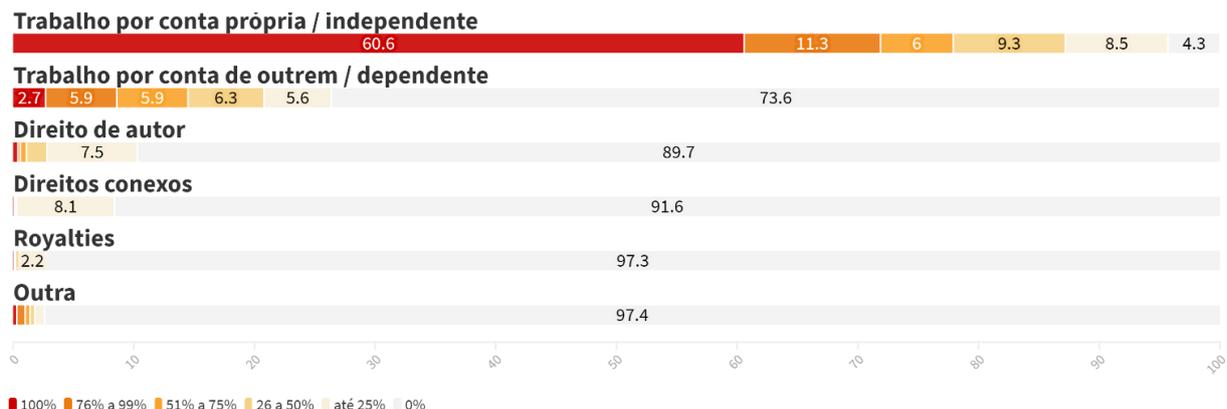
Acordo de parceria institucional:

Fontes de rendimento

Procurou-se conhecer o rendimento proveniente do trabalho no sector artístico e cultural desagregado por fontes de rendimento (gráfico 9). Cerca de 61% dos profissionais tem como única fonte de rendimento o trabalho por conta própria/independente no setor, e para 11% o trabalho independente representa 76% a 99% do seu rendimento. O trabalho por conta de outrem/dependente é a segunda fonte mais relevante. Esta fonte de rendimento está distribuída por perfis mais diversificados, quer profissionais para os quais o trabalho por conta de outrem/dependente representa no máximo 25% do seu rendimento (5,6%), entre 26% a 50% (6,3%), entre 51% a 75% (6,0%), ou 76% a 99% dos seus rendimentos no setor (6,0%). Os direitos conexos apresentam valores mais residuais, representando no máximo 25% do rendimento de 8% dos profissionais, tal como os direitos de autor (7,5%).

A caracterização das fontes de rendimento permite confirmar a forte inserção destes profissionais no sector artístico e cultural e o peso do rendimento proveniente do trabalho independente.

Gráfico 9 – Rendimento do trabalho no sector artístico e cultural por fonte, em 2019 (%)



Fonte: OPAC, ESAC/IPIAC, 2020.

Nota: i) A pergunta base do questionário solicitava o valor percentual de cada uma das fontes de rendimento, sendo que a soma de todas as fontes teria que perfazer 100%. Para análise dos dados criaram-se novas variáveis de forma a agregar em quartis os valores (percentuais) obtidos para cada uma das fontes distinguindo os valores de 100% e 0% para melhor ilustrar as características da amostra.
ii) Todas as percentagens do gráfico são reportadas à base de 1.686 casos.

Acordo de parceria institucional:

PERSPETIVAS DOS PROFISSIONAIS INDEPENDENTES

Nas respostas abertas ao questionário encontram-se frequentemente referências dos inquiridos às relações laborais e às remunerações que permitem ilustrar diferentes perspetivas em presença.

Relativamente às remunerações, em alguns casos são referidas as vantagens da condição de profissional independente.

Gestão dos próprios horários de trabalho. Boa remuneração na maioria dos trabalhos (aplica-se a publicidade, não a cinema)

[#211, mulher, 10 anos de carreira, publicidade, gestão/direção, apenas atividade independente]

Remuneração acima da média dos outros empregos, no geral.

[#874, mulher, 10 anos de carreira, publicidade, produção, apenas atividade independente]

Poder de escolha sobre os projectos em que me quero envolver e poder de negociação sobre remunerações projecto a projecto.

[#220, homem, 12 anos de carreira, música, produção, apenas atividade independente]

Mas também é destacada a insuficiência da remuneração associada à falta de reconhecimento, com a necessidade de ter de recorrer a outros trabalhos/ atividades noutros sectores.

Não tenho remuneração e reconhecimento condizentes com meu trabalho.

[#221, homem, 26 anos de carreira, livros, criação, apenas atividade independente]

(...) Não ter ordenado, estar sempre na incerteza e por isso ter de recorrer a outros trabalhos.

[#523, mulher, 6 anos de carreira, teatro, educação, combina atividade independente com outra(s)]

É um trabalho muito instável, tendo inevitavelmente de recorrer a alternativas de trabalho, muitas vezes fora da minha área de atividade.

[#1418, mulher, início de carreira, música, interpretação, combina atividade independente com outra(s)]

São apontadas as vantagens (opção pelos trabalhos preferidos) e as desvantagens (ausência de regalias) de não ter um contrato, e a grande variabilidade no tempo das remunerações.

Não estou dependente de ninguém para fazer o trabalho que mais gosto, e posso sempre mudar de empregador a qualquer momento uma vez que não tenho contratos com ninguém. Dá-me também a possibilidade de estar envolvida em vários projectos e consigo trabalhar em qualquer parte do mundo. Por ser um trabalho de frequência variável e por não depender de um empregador fixo, passo épocas sem ter trabalho e dessa forma acabo também por não ter revenues. O meu "salário mensal" nunca tem um valor fixo, podendo ir dos 0 aos 10.000, o que faz com que seja difícil planear contas! Como raramente tenho contratos para os trabalhos que faço, estou sempre numa situação desfavorável no que toca a regalias, principalmente quando ocorre um acidente de trabalho, e fico incapacitada de atuar.

[#1626, mulher, 12 anos de carreira, circo, interpretação, apenas atividade independente]

A raridade dos contratos, mesmo em carreiras longas - e a disparidade de remunerações entre áreas, atribuída à ausência de tabelas de remunerações - é associada à ausência de direitos.

Sinceramente este vínculo há mais de 20 anos em que os laços contratuais contam-se pelos dedos. As tabelas de remuneração não existem. Os ganhos são tão díspares entre os profissionais mediante a área artística em que cada um se move. Logo vantagens nunca as senti.

[#214, homem, 27 anos de carreira, teatro, interpretação, apenas atividade independente]

Não ter trabalho certo. Períodos de tempo sem trabalho. Renuneração não ser igualitária porque é negociável e não é tabelada. Remunerações bastante diferentes em projectos bastante parecido. Horários não estabelecidos (trabalhar por horas sem hora extra mesmo depois das 12 horas diárias)

[#396, mulher, 3 anos de carreira, cinema, produção, combina atividade independente com outra(s)]

Não ter trabalho fixo, não ter um rendimento constante, poder passar longos períodos de tempo sem trabalho, poder realizar um trabalho e no fim não receber a remuneração devida na totalidade ou parcialmente, poder ser despedido a qualquer momento sem qualquer justificação.

[#529, homem, 27 anos de carreira, cinema, suporte técnico, combina atividade independente com outra(s)]

No meu sector, ser a única forma de ser remunerado pois, por norma, não se fazem contratos de trabalho - A inconstância financeira e toda a instabilidade daí decorrente

[#536, mulher, 29 anos de carreira, publicidade, criação, apenas atividade independente]

Questões relacionadas com as formas de remunerações são também colocadas relativamente a entidades públicas, designadamente municípios, decorrentes de aspetos contabilísticos.

Normalmente trabalho diretamente com os Municípios, por questões de contabilidade do contratante, apenas podemos passar um recibo total, que engloba os cachets de todo o elenco, viagens e outra vezes engloba também as despesas de alimentação e estadia. Grande parte do valor faturado anualmente são despesas e pagamentos de cachets, mas perante as finanças não temos como distinguir isso, o que termina com pagamentos avultados.

[#1262, mulher, 8 anos de carreira, outra, produção, apenas atividade independente]

NOTAS FINAIS

Os estudos disponíveis permitem identificar características das relações laborais e das remunerações auferidas no sector artístico e cultural, em termos gerais e no que se refere em específico aos profissionais independentes, mas falta evidência sobre a realidade portuguesa e sobre o conjunto das áreas e funções.

Neste Report #2 do IPIAC avançam-se resultados para o período pré-pandemia que elucidam sobre o número de projetos em que os profissionais se envolvem, o número de entidades contratantes, se alguma – uma parte significativa não estabelece qualquer contrato –, as modalidades de negociação com os empregadores/contratantes e a distribuição das atividades ao longo do ano. Do ponto de vista das remunerações, os resultados permitem identificar a distribuição dos montantes por escalões, e a sua proveniência por fonte – sector artístico e cultural e outros sectores –, bem como a sazonalidade do trabalho remunerado.

Para além dos resultados globais, muito significativos para a caracterização do sector nas várias dimensões objeto do inquérito, a análise com as variáveis do perfil social (escolaridade, idade, entre outras) e do perfil profissional (a área e a função artísticas principais, o tempo de carreira), permite evidenciar características transversais a todo o sector bem como práticas e características específicas de algumas das categorias sociais observadas, que se procura ilustrar com as perspetivas individuais dos profissionais inquiridos.

Acordo de parceria institucional:

O UNIVERSO, O TRABALHO DE TERRENO E A AMOSTRA DO IPIAC

O universo do IPIAC é constituído pelos profissionais independentes das artes e da cultura com atividade em Portugal. Trata-se de um universo de contornos difusos, pela primeira vez objeto de inquérito nacional. Por isso, foi delimitado numa perspetiva muito abrangente em vários parâmetros: áreas e funções artísticas e culturais, situação na profissão e condição perante o trabalho.

O universo do inquérito corresponde aos

profissionais independentes, com atividade por conta própria - que não têm contrato de emprego a tempo completo com um único empregador - em Portugal, incluindo a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira, de todas as áreas (artes do espetáculo, artes visuais, património, bibliotecas, arquivos, etc.) e funções (criação, interpretação, produção, comércio, distribuição, mediação, conservação, etc.), autores, artistas e técnicos.

Para a operacionalização desta definição foram incluídas no questionário duas perguntas filtro iniciais, qualquer delas com saída do questionário caso a resposta não fosse consonante com a definição, mas com possibilidade de revisão da resposta inicial dada:

Q1. Nos últimos 3 anos, desenvolveu alguma atividade profissional no sector artístico e cultural? (Sim/Não) (Se sim) Q2. Essa atividade foi realizada em que regime ou modalidade?

1. Apenas como trabalhador/a por conta própria / independente.
2. Combinando atividade por conta de outrem com atividade por conta própria / independente.
3. Apenas como trabalhador/a por conta de outrem (termina o questionário).

De acordo com a definição do universo, foram excluídos todos os que responderam Não na Q1 (porque sem atividade no sector artístico e cultural) ou que assinalaram a opção 3 na Q2 (porque apenas com atividade por conta de outrem).

O questionário foi aplicado *online*, com divulgação alargada, direta e individual por email e indireta em redes sociais *online*. Foram enviados inicialmente 2.026 emails para a lista de mailing disponibilizada pela Direção-Geral das Artes (DGARTES) com o convite individual à participação e o link para o questionário. Foram enviados 968 emails para entidades artísticas coletivas, igualmente a partir de lista de email da DGARTES, com convite à divulgação do inquérito. O mesmo foi feito para outras 87 entidades representativas de segmentos do universo (associações profissionais, sindicatos, grupos informais, etc.). No final do questionário foi sugerida aos inquiridos a divulgação junto de profissionais independentes seus conhecidos. Foi ainda enviado às 308 câmaras municipais um email solicitando divulgação do estudo.

A principal plataforma utilizada para a divulgação e acesso ao questionário foi a página do Facebook do OPAC. Foram produzidas cinco notícias/posts sobre o inquérito. A notícia inicial foi partilhada por 206 indivíduos e entidades coletivas. De modo a aumentar a probabilidade de alcançar a população alvo foram ainda efetuadas duas promoções da notícia. Os posts foram partilhados pela DGARTES e outros organismos do Ministério da Cultura, incluindo o Instituto do Cinema e do Audiovisual, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e as Direções Regionais de Cultura, e por várias câmaras municipais, incluindo a de Lisboa. O prazo, inicialmente previsto até final de outubro de 2020, foi alargado até ao dia 6 de novembro.

Deste processo resultou uma amostra constituída por 1.727 respostas válidas. Trata-se, assim, de uma amostra por *bola de neve virtual*¹ uma vez que foram usadas redes sociais *online* e outros meios digitais para a disseminação do questionário. Admitindo uma amostra aleatória simples, o erro amostral seria de 2,4%, para um grau de confiança de 95%.

¹ Vicente, Paula, Elizabeth Reis e Fátima Ferrão (2001), *Sondagens: A Amostragem Como Factor Decisivo de Qualidade*, Lisboa, Edições Silabo, pp. 73-74.; Baltar, Fabiola e Ignasi Brunet (2012), "Social research 2.0: virtual snowball sampling method using Facebook", *Internet Research*, 22(1), pp. 57-74.

O INQUÉRITO AOS PROFISSIONAIS INDEPENDENTES DAS ARTES E DA CULTURA (IPIAC)

O Inquérito aos Profissionais Independentes das Artes e da Cultura (IPIAC) é o primeiro de três módulos que constituem o Estudo Sector Artístico e Cultural em Portugal (ESAC). A partilha de indicadores no âmbito dos apoios financeiros às artes constitui o segundo módulo e o terceiro é a produção do Atlas Artístico e Cultural de Portugal. O Estudo decorre de um acordo de parceria institucional entre a DGARTES e o ISCTE através do [OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais](#).

O IPIAC tem duas fases: a primeira de inquérito por questionário, cujo trabalho de terreno decorreu entre 8 de outubro e 6 de novembro de 2020, e a segunda por entrevista a um conjunto alargado de profissionais independentes do sector que decorrerá no primeiro semestre de 2021.

Os objetivos são, por um lado, fazer um levantamento o mais abrangente possível e caracterizar os profissionais independentes das artes e da cultura quanto aos perfis sociais e laborais. Por outro lado, uma vez que decorre num contexto muito específico, de pandemia pela Covid-19, que não pode deixar de refletir, visa também contribuir para o conhecimento dos impactos da crise por ela desencadeada e das medidas políticas adotadas.

Pretende-se obter respostas para várias questões incluindo as seguintes: como se distribuem os profissionais independentes pelas várias áreas e pelas várias funções artísticas e culturais? Que atividades realizam, com que enquadramento, quais os rendimentos auferidos? Em que condições laborais desempenham as suas atividades? Quais os regimes contributivos, quais as relações com a administração fiscal e a segurança social? Para além do sector cultural, em que outros desempenham atividades profissionais? A que medidas de apoio devido à Covid-19, específicas ou não da cultura, se candidataram, de quais beneficiaram? Que propostas fazem quanto a medidas políticas a adotar?

O estudo procura abranger todos os intervenientes que contribuem para a produção e disseminação das obras artísticas e culturais, incluindo artistas, autores, intérpretes e técnicos dos mundos sociais da arte e da cultura⁴.

A referência principal quanto à noção de emprego artístico e cultural, às áreas e às funções dos sectores cultural e criativo é o relatório de 2012 da *ESSNet Culture - European Social Statistics Network on Culture*⁵.

Equipa de investigação do IPIAC: José Soares Neves (coord.), Joana Azevedo, Rui Telmo Gomes, Maria João Lima, Andreia Nunes e Miguel Lopes. Colaboração de César de Cima.

Quando são incluídas respostas em citação direta, salvaguarda-se o anonimato e descreve-se o perfil com os seguintes parâmetros [#ID resposta, número de anos de carreira, área de trabalho principal, função principal, regime de trabalho].

⁴ Becker, Howard S. (2010[1982]), *Mundos da Arte*, Lisboa, Livros Horizonte e Bertaux, Daniel (2020[1997]), *As Narrativas de Vida*, Lisboa, Mundos Sociais.

⁵ Bina, Vladimir et al., (2012), *ESSnet-Culture Final Report*, Luxemburgo, Eurostat.

ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES LABORAIS E REMUNERAÇÕES NO SECTOR ARTÍSTICO E CULTURAL

Borges, Vera (2008), "Artistas, organizações e mercados de trabalho artísticos: do teatro para outros mundos da arte" em Cabral, Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboin et al., *Itinerários - A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, ICS, pp. 523-538.

Borges, Vera e Cícero Roberto Pereira (2012), "Mercado, formação e sucesso: atores e bailarinos entre persistência e desilusão" em Borges, Vera e Pedro Costa (orgs.), *Criatividade e Instituições. Novos Desafios à Vida dos Artistas e dos Profissionais da Cultura*, Lisboa, ICS, pp. 77-94.

Ferro, Lígia e Otávio Raposo (Coord.), et al., (2016), *O trabalho da arte e a arte do trabalho: Circuitos criativos de artistas imigrantes em Portugal*, Lisboa, ACM, I.P.

Friedman, Sam, Dave O'Brien e Daniel Laurison (2017), "Like skydiving without a parachute: How class origin shapes occupational trajectories in british acting", *Sociology*, vol. 51(5), 992-1010.

Gomes, Rui Telmo e Teresa Duarte Martinho (2009), *Trabalho e Qualificação nas Actividades Culturais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Gouyon, Marie, and Frédérique Patureau. "[Vingt ans d'évolution de l'emploi dans les professions culturelles \(1991-2011\)](#)." *Culture chiffres* 6 (2014): 1-24.

Greffe, Xavier (2002), *Arts et Artistes au Miroir de L'Économie*, Paris, Editions UNESCO e Economica.

Hesmondhalgh, David e Sarah Baker (2010), *Creative Labour: Media Work in Three Cultural Industries*, Oxon, Routledge.

Lahire, Bernard (2006), *La Condition Littéraire: La Double Vie des Écrivains*, Paris, La Découverte.

Menger, Pierre-Michel (2005), *Les intermittents du spectacle. Sociologie d'une exception*, Paris, Edições EHESS.

Os Report do IPIAC podem ser consultados no endereço do [OPAC](#).

Reports já publicados:

Report #1 - [Emprego cultural e perfis social e laboral](#)

Data: 30 de março de 2021.

Como citar: Neves, José Soares (coord.), Rui Telmo Gomes, Maria João Lima e Joana Azevedo (2021), *Inquérito aos Profissionais das Artes e da Cultura: Report#2 Relações laborais e remunerações*, Lisboa, Observatório Português das Actividades Culturais, CIES-Iscte.

Acordo de parceria institucional: